



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

### ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

----- No dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----
- 2 - Confirmação de benefícios fiscais municipais atribuídos entre 2014 e 2015 - aprovação da despesa fiscal para concessão de benefícios fiscais municipais até dezembro de 2016; -----
- 3 - Primeira revisão ao Orçamento da Despesa e primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 4 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de frações no Parque Industrial de Lousada; -----
- 5 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de terreno para instalações e equipamento desportivo - Campo de Nevogilde; -----
- 6 - Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno - "Trilho do Sousa"; -----
- 7 - Minuta do contrato interadministrativo de competência - Criação da autoridade de transportes prevista na Lei nº 52/2015; -----
- 8 - Regulamento do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos; -----
- 9 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Neto & Companhia, Granitos, Lda – Proc. nº 508/16 (RSP); -----
- 10 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Galerias Leal Pinheiro, Comércio de Móveis, Lda – Proc. nº 506/16 (RSP); -----
- 11 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Joaquim de Sousa Leal - Sócio gerente da empresa " Alcova - Mobiliário, Lda – Proc. nº 40/17 (RSP); -----
- 12 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – José Tiago Nogueira Ferreira – Proc. nº 20/17 (RSP); -----
- 13 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Meicor - Passamanarias, Lda – Proc. nº 45/17 (RSP); -----
- 14 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Lousatoldos, Lda – Proc. nº 585/16 (RSP); -----
- 15 - Reconhecimento de Interesse Público Municipal - Méritoternura



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

- Confeções, Lda - Proc. nº 6/17 (RSP);-----  
----- 16 - Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 3º trimestre 2016 - Lousada Século XXI, Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.; -----  
----- 17 - Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada; -----  
----- 18 - Documentos previsionais para o ano de 2017 – Associação de Municípios do Vale do Sousa; -----  
----- 19 - Documentos previsionais para o ano de 2017 - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), João Maria Garcês Teixeira da Silva em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Silvares Pias Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substitui o membro João Pedro Bessa Pacheco de Carvalho que comunicou uma ausência por trinta dias, Adriano Ribeiro Ferreira em representação de António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e João Maria Garcês Teixeira da Silva em representação de José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de três de novembro de dois mil e dezasseis.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa, excelentíssimos membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e vereadores e caros membros desta Assembleia. Tenho apenas duas questões: primeira, todos nós percebemos que evoluiu o modelo do Festival das Camélias. E a minha questão é simples, procurar saber, se me puderem dizer, quanto custou a iniciativa, entre a promoção do evento nas suas diferentes vertentes e em toda a sua organização logística? Esta é a primeira questão. A segunda questão, é um assunto que penso que já foi levado à reunião de Câmara, e que se prende com o seguinte, e que não é de somenos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

importância, que é a apresentação de um documento que parece que ficou acordado que seria entregue ou que seria apresentado, que é a relação dos materiais entregues às Juntas de Freguesia. E eu gostava de saber qual é o ponto da situação neste momento. Se chegados ao fim do mandato já foi apresentado alguma vez esse documento, e se não foi, se existe uma razão ou se existem razões pertinentes para que tal não tenha acontecido.» -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Adriano Ribeiro Ferreira representante legal de António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém.-----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”  
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros deputados e público aqui presente. Queria em primeiro lugar congratular-me com o facto de verificar que o município detém a décima primeira posição no índice de transparência, que é um ranking, digamos assim, a nível nacional. De facto fico contente por verificar que ocupa a décima primeira posição. Embora eu ache que este tipo de ranking é bem elucidativo daquilo que é a nossa sociedade, que é uma sociedade de inversão de valores, porque na verdade ser transparente numa instituição pública não é mais do que uma obrigação. Portanto estarmos aqui a dizer que o município é transparente, é óbvio que eu fico contente, mas de facto deveria ser o normal, mas como eu digo, numa sociedade em que os valores estão invertidos é natural que assim seja. De qualquer forma, devo dizer que, tanta transparência, tanta transparência, e verificando o portal da transparência, há muita coisa que eu não encontro. E gostaria de colocar algumas questões ao senhor presidente, que certamente me saberá esclarecer, em nome dessa transparência. E vou colocar só três ou quatro questões também para não me alongar, teria muitas outras. Em primeiro lugar, quanto é que custou a Feira do Livro? Não encontro. Quanto é que custou a tenda do Natal e quanto é que pagou à empresa que realizou o *stock off*, naquele local? Quanto é que gastou a Câmara na passagem de ano, para além do espetáculo, se teve mais algum custo? Quanto é que custou o Festival Tradicional? Quanto é que foi o prejuízo do Festival da Juventude? Quanto é que a Câmara teve de pagar ou irá pagar à Associação de Cultura Musical de Lousada, ainda que sob a forma de subsídio? Estão aqui alguns milhares que eu gostaria que o senhor me esclarecesse em nome dessa transparência. Depois a segunda questão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

diz respeito à água e saneamento. Também devo congratular-me com o alargamento da rede, nomeadamente em vários arruamentos, como Alvarenga, como o senhor escreveu aqui. E já que verifico que há aqui uma obsessão com a quantidade, na comunicação do senhor presidente, nomeadamente com afirmações do tipo “conjunto significativo”, “adesão maciça” e “centenas de crianças”. Já que tem esta obsessão com a quantidade, certamente saberá dizer-me: no último ano, quantos municípios é que se ligaram à rede? Municípios que já tinham habitação, não estou a falar daqueles que tiveram de se ligar por força da lei, para obter a licença de habitabilidade.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Normalmente não faço intervenções de carácter nacional mas penso que é altura de fazer uma intervenção nesse sentido. Contra factos não há grandes argumentos. Eu próprio, e acho que toda a gente, fiquei surpreendido com os resultados económicos apresentados pelo governo. Primeiro o défice de dois vírgula um, já falei disso, é uma coisa impensável, depois a recuperação não só do desemprego mas a criação de emprego, a recuperação das exportações, tudo isso no último semestre. É verdade que, como diz Maria Luís Albuquerque, crescemos menos que em dois mil e quinze, mas no último semestre crescemos mais, e crescemos mais que a média europeia, o país arrancou, arrancou a crescer. E sobretudo há uma coisa que ela se esquece, ou não quer falar, é que estancamos a emigração dos jovens e dos quadros qualificados para o estrangeiro. A sangria de um dos mais potenciais fatores de riqueza do país parou em dois mil e dezasseis. De facto parou. O clima mudou, o próprio investimento começa a dar sinais de vida que não dava antes. E portanto isto são tudo excelentes resultados, partindo da conjuntura em que estávamos. E também se esqueceu, Maria Luís Albuquerque, aquilo que o governo herdou dos dossiers não regularizados, a TAP, Novo Banco, O BANIF e a Caixa Geral de Depósitos, tudo isso exigiu um esforço financeiro acrescido, que ainda vamos pagar, e que foi preciso acolher num ano. Portanto eu digo outra vez com minha própria surpresa, de facto o modelo económico que estava no programa do governo de Mário Centeno, funcionou. O crescimento não foi tanto como ele tinha previsto, mas foi alavancado pelas célebres reversões, subida do salário mínimo, ou seja pelo consumo interno. Vimos o comissário europeu da economia Pierre Moscovici a reconhecer isso mesmo. “Portugal, e se olharmos em termos do défice público, por exemplo, nós estamos muito melhor do que está a Itália, muito melhor do que está a França, muito melhor do que estão uma quantidade de países. E



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

se conseguirmos continuar nesta curva nós vamos acabar dois mil e dezassete na casa de um e meio por cento de défice, o que é impensável.” Estas palavras não são minhas. Quem as proferiu também não é um membro do governo ou um militante do partido socialista, foi Miguel de Sousa Tavares que as disse, provocando um monumental engasgo a José Gomes Ferreira, durante largos segundos, quando se preparava para as comentar, proporcionando momentos um pouco dramáticos, mas ao mesmo tempo bastantes hilariantes. Foi assim, com muito mais orgulho ainda, que então recordei o momento em que assisti, e bati palmas, em fevereiro de dois mil e dezasseis, no Porto, com outros camaradas de Lousada, ao anúncio por António Costa do virar da página da austeridade. Os resultados são agora bem visíveis. O “diabo” afinal não apareceu. Não chegou a sair da cabeça de Passos Coelho. Esfumou-se antes de sair. Também não chegaram apenas três “Reis Magos”, mas sim uma enorme comitiva a anunciar muitas boas novas para Portugal e para os portugueses. Mas Passos Coelho e toda a direita radical não podiam admiti-lo, sofrendo também um enorme engasgo, que tentam disfarçar através da tremenda encenação sobre os e-mails trocados entre Centeno e Domingues, não se importando se, com isso vão prejudicar a Caixa Geral de Depósitos e a sua recapitalização e todo o sistema financeiro. Muito pelo contrário, Passos Coelho e toda a direita radical por não conseguirem afirmar-se como alternativa credível continuarão a negar a realidade até ao “engasgo” fatal.»

-----  
----- Eram vinte e uma horas e quarenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco.-----  
-----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa, quanto custou os Festival da Camélias? Antes de começar propriamente a responder-lhe era importante enaltecer aquilo que deve ser enaltificado. E de facto é para mim um orgulho ter feito um evento com aquela dimensão e com aquele sucesso. Um evento que vai na sua oitava edição e que, quando a Câmara há oito anos atrás decidiu arriscar numa coisa nova, poucos seriam aqueles que previam um tamanho sucesso. E portanto acho que é justo fazer esta nota prévia, porque de facto foi um evento de grande sucesso que nos permite dizer que valeu a pena esta aposta. A camélia como sabem tem um valor ornamental inegável e é apreciado por muitas e muitas pessoas, mas fazer desse valor ornamental um valor também económico, como aquilo que nós estamos a conseguir, nós e outros municípios também, é de facto notável e importante. Pela primeira vez, este ano foi conseguido uma articulação com a Associação





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Portuguesa das Camélias para que não houvesse sobreposição de eventos, uma vez que, como sabem, há outros municípios que promovem também as camélias, por exemplo o Porto, que se apelida de “A Cidade das Camélias”. Nós a partir deste ano somos “A Vila das Camélias” porque registamos também essa marca. E consideramos que é importante esta diferenciação, estas apostas, em algo que é diferenciador, e que de facto suscita a curiosidade e o interesse de cada vez mais pessoas, não só a população local, que também se associa cada vez mais às nossas iniciativas e se revê cada vez mais neste produto, mas sobretudo a quem nos visita. Quero destacar também que esta iniciativa despertou o interesse de operadores turísticos. Nós tivemos aqui uma visita de treze operadores turísticos, alguns dos quais estrangeiros, e destacar que os restaurantes estiveram completamente cheios, sobretudo aqueles que aderiram também à iniciativa dos fins-de-semana gastronómicos, porque como sabem decidimos fazer coincidir esta iniciativa, que aliás é promovida também pela Entidade Turismo Porto e Norte. Foi um sucesso também para os restaurantes, pelo menos foi esse o *feed back* que nos chegou. Um sucesso para o alojamento que esteve cem por cento ocupado e também para o comércio. O comércio esteve aberto, fizemos como sabem um desfile e estiveram aqui milhares de pessoas nesse fim-de-semana. Portanto, eu acho que também lhe ficaria bem, para além de perguntar os custos, dar nota daquilo que de bom este evento representa, cada vez mais, para o município. É evidente que só se consegue promover o concelho investindo. E portanto, eu antes de lhe responder quanto custou, vou-lhe dizer aquilo que não custou, porque vejo algumas afirmações irresponsáveis, nomeadamente nas redes sociais, de algumas pessoas, e é importante esclarecer que há coisas que não custam nada. Por exemplo, aquelas promoções que se fizeram na Praça da Alegria e no Porto Canal custaram zero. Porquê? Porque é um evento que já começa a afirmar-se e a suscitar o interesse dos órgãos de comunicação social. Agora é evidente que depois há uma logística que custa dinheiro, isso é óbvio, por exemplo a tenda, a animação, tudo isso custa dinheiro, não lhe sei precisar neste momento exatamente quanto foi, mas foi, julgo eu, pouco mais de quinze mil euros. E se nós tivermos em conta o sucesso e a projeção que deu ao concelho neste fim-de-semana, seguramente que não foi dinheiro gasto, foi dinheiro muito bem investido. Depois a segunda questão que me colocou relativamente à relação dos materiais entregues às Juntas de Freguesia. Essa questão foi suscitada pelos senhores vereadores na última reunião. Eu já não tinha a perceção de que isso tinha ficado no acordo de execução, mas não há problema nenhum e vamos disponibilizar essa informação. Depois relativamente à intervenção da Dr.<sup>a</sup> Cidália. Bom,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

parece que não é mais do que a nossa obrigação, estarmos bem posicionados no índice da transparência, mas estamos a falar de trezentos e oito municípios. É bom que se tenha em conta isso. Não há qualquer penalização para os municípios que estão no fim da linha, porque aquilo que é obrigatório, cada um dos municípios naturalmente tem que cumprir. Nós estamos a falar aqui de outras coisas que não são obrigatórias. Estamos a falar de um conjunto significativo de informações, que é entendido, que se estiverem disponíveis e de fácil consulta, on-line, isso será apreciado pela população em geral. E portanto este índice no fundo tenta pontuar esse nível de informação que é disponibilizado aos nossos munícipes. É evidente que ainda haverá mais informação ainda para disponibilizar e estamos disponíveis para isso, porque não estamos satisfeitos com o décimo primeiro lugar. Vamos tentar melhorar ano a ano, aliás basta ver o histórico, temos melhorado de ano para ano. E justiça seja feita, todos os municípios, grosso modo, têm melhorado, porque ninguém quer ficar para trás. Portanto isso é uma nota bastante positiva, que de uma maneira geral os municípios preocupam-se cada vez mais com este grau de disponibilização de informação à sua população. E portanto é de facto, acho eu, notável ficar em décimo primeiro lugar, a nível nacional, e em primeiro lugar aqui no Tâmega e Sousa. Lamento, mais uma vez, que se venha aqui a esta Assembleia, de algum modo, desvalorizar aquilo que de bom este município tem conseguido. É essa, quase sempre, a lógica da Coligação, infelizmente, passando por cima de tudo aquilo que é positivo. Depois quanto custou a tenda para o evento A, para o evento B ou para evento C? Todos sabemos quanto é que custa uma tenda, depende do tamanho da mesma, podendo custar cinco, seis, ou dez, como custou a do Festival das Camélias. Depende do tamanho da tenda e da sua qualidade, são custos que são necessários, imprescindíveis para se fazer alguns dos eventos. Relativamente à passagem de ano, tenho isso na memória, o espetáculo do Quim Barreiros custou dez mil euros, a luz, som e palco não lhe sei dizer neste momento com precisão, porque faz parte de um concurso anual que a Câmara promove para todos os eventos, para ganhar escala e conseguir melhores preços. Mas quem quiser saber é muito fácil, basta aceder às plataformas que existem da contratação pública que está lá tudo, a leitura pode não ser fácil mas em princípio está lá tudo. Mas de qualquer modo podemos desagregar essa informação, se fizer questão disso, não há problema nenhum. Relativamente ao Festival da Juventude, é público, já foi à reunião de Câmara a atribuição de um subsídio de vinte e cinco mil euros para a Associação de Cultura Musical de Lousada. Última questão, quantas pessoas se ligaram à rede no último ano? Não lhe sei dizer o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

número exato e é quase impossível saber, neste momento. Porquê? Porque para além das ligações, há desligações e reinícios de contrato. Mas o que eu lhe posso dizer é que temos crescido ano a ano, normalmente associado também à expansão da rede de saneamento, porque as pessoas quando pretendem aderir ao saneamento, naturalmente, que a Câmara também impõe que se faça a ligação à rede de água. Portanto vamos paulatinamente aumentado o número de consumidores e rentabilizando o investimento que tem sido feito. Aproveito para dar nota que temos três candidaturas apresentadas ao POSEUR para se fechar o ciclo de investimentos na rede de saneamento. Temos expectativas fortes dessas três candidaturas serem aprovadas, o que nos permitirá um volume de investimento superior a dois milhões de euros e praticamente fechar o ciclo de investimentos no saneamento. Portanto poderemos ter aqui de facto um indicador muito favorável, que pode ombrear com qualquer outro município mais bem posicionado.» -----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu espero, que agora neste ponto que é de assuntos de interesse do município, que se faça refletir toda esta mudança que aconteceu no país, esta mudança maravilhosa nas questões concretas do município, é que durante muito tempo nós vimos aqui que tudo que não se fazia, que não acontecia, era culpa de um governo de coligação. Agora que vivemos numa terra que “jorra leite e mel” falta saber o que aconteceu de verdadeiramente concreto, no quotidiano do município, e que já é visível, com evidências concretas, como por exemplo o FAM, que era assim uma das maiores injustiças que ia ser revertido, ou então, a questão da reorganização administrativa, que era assim uma aberração completa e que ia ser revertida imediatamente, ou uma outra série de cortes de apoios às Câmaras. Eu gostava que agora na segunda parte, que viessem aqui concretizar e dizer realmente o que é que isso teve de evidência no quotidiano do município. E mais, já que se falou aqui de verdade e se falou de direita radical, eu também faço uma pergunta: estão a falar do PNR? Eu gostava que me esclarecesse, o que é isso de direita radical, são os tipos que andam de cabeça rapada, a fazer manifestações contra os imigrantes, contra os refugiados, ou são partidos que fazem parte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do arco da governação e que até há dois anos atrás tinham acordos de princípio ou acordo de princípio com um dos partidos ou com o partido que está agora no governo? Quando falam aqui de direita radical eu fico muito bem sem perceber do que é que estamos a falar. E mais, quando se fala aqui de reversões e de devolução de rendimentos, eu gostava que o senhor Ferro me respondesse, se já meteu gasóleo hoje ou gasolina. A notícia de abertura de um dos telejornais, era que o Brent tinha descido e estava a cinquenta e cinco dólares o barril, mas estamos a pagar como quando estava a mais de cem dólares o barril. Mas isso não tem problema nenhum. Quando se aumentam os outros impostos ou se vai buscar por outro lado, isso não é problema nenhum. No meu recibo de janeiro ainda não vi reversão nenhuma, mas devo ser eu, sou só eu que não vi reversão nenhuma. Porque quando nós falamos de reversões e se fala de verdade e se fala da situação do país. Pois, eu sou multimilionário ganho valores, com o acordo que o governo tentou fazer com os antigos administradores da Caixa. Porque tudo isto é transparente, quando alguém tenta descobrir a verdade, então é uma perseguição. Eu não consigo perceber senhor Ferro, sinceramente, eu tentei perceber o enquadramento da intervenção, tentei, mas o que eu percebi é que a acusação era para aquela bancada, de que todos nós éramos membros de um partido de direita radical, e que durante anos prejudica o país. E agora isto é do interesse do município, durante quatro anos houve um governo de coligação que pegou, e isso o senhor Ferro não diz, isso é um facto, eu sei que vocês estão “coligados” com partidos de esquerda radical, esses sim, são partidos de esquerda radical, que não se sentaram no governo mas são partidos de esquerda radical, que defendem regimes, como regimes da China, de Cuba, da Venezuela, como o regime da Coreia do Norte, esses são os vossos parceiros de coligação. Eu termino só com isto, quando o senhor quiser transparência, venha e fale na primeira volta.»

-----  
----- Intervenção da Sr<sup>a</sup> Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Em relação à resposta que o senhor presidente me deu, devo dizer que não encontrei essas informações no portal, de facto não me considero muito destituída em termos informáticos, mas poderá eventualmente haver aí algum mal-entendido, mas creio que não, creio que há aqui algumas rubricas que de facto não constam. E já agora queria também aproveitar, dado que é o ano do ambiente, da biodiversidade, eu tenho reparado que o município ainda não adotou a fatura digital, digamos assim, enviada por e-mail, e eu como sugestão, deixava aqui esse desafio, não para todos os munícipes mas para aqueles que o desejarem, o envio da fatura por e-mail, até porque haverá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

muitas pessoas, como eu, que fazem o pagamento por transferência bancária e não lhes interessa minimamente a fatura em papel. Portanto eu dava aqui essa sugestão para aqueles munícipes que o desejarem, fazer-se a substituição do papel pelo envio da fatura por e-mail.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr.<sup>a</sup> Cidália, a fatura digital já existe e há muito tempo. Eu conheço muita gente que recebe. Relativamente ao Dr. Filipe Barbosa, eu gosto também de debater política nacional, eu não sou um perigoso esquerdista radical, nem vocês são as perigosas pessoas de direita radical, isto vale o que vale, algumas palavras que nós aqui, tanto de um lado como de outro, dizemos. E obviamente só agora com este governo é que, à esquerda do PS, aderiu ao fator de ser uma solução viável para o país, para a governação. E isso foi uma conquista, bastante positiva, nós agora até temos o Francisco Louçã no Banco de Portugal, coisas que antigamente eram impensáveis. Eu sei, eu aqui não devo nada a ninguém, nem obediência partidária, até faço o favor de relembrar este caso. Portanto há umas mudanças muito positivas, há outras que até nós ficamos assim curiosos com isso, mas nada daquilo que, eu também ouvi aqui dizer que o novo governo vinha e vinha aí os sonhos, e vinha tudo, não, isso não está a acontecer. Nós criticamos o FAM no tempo do Passos Coelho e também criticamos agora. E na anterior Assembleia Municipal eu próprio disse aqui isto. A reorganização administrativa, criticamo-la na altura e criticamos na mesma agora, porque o que nós, PS Lousada, queremos é desfazer toda esta situação que foi feita anteriormente. Portanto a nossa posição mantém-se muito séria, muito coerente ao longo dos anos. Portanto o que interessa é que o défice foi cumprido e até ultrapassado, a vida não acaba no défice também. Portanto são notícias positivas e quando há notícias positivas todos nós temos de ficar satisfeitos com isso e não tentar menorizar. Pois o défice reduziu mas a dívida aumentou, já sabemos que isso acontece e esse é um grande problema que temos pela frente, mas com muita ponderação uns para um lado, outros para o outro, tentam fazer sempre o melhor. Ainda assim há situações que estão francamente melhor com este governo, isso é indubitável.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente eu vou falar na primeira volta para ser transparente. Não vá haver aí algum SMS escondido. Eu quanto a isto só queria dizer duas coisas, que é, estas informações que a coligação PSD/CDS, aqui vem pedir, são informações que são públicas, estão num



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

portal chamado base.gov.pt, se forem ao Vortal, estão lá os concursos públicos todos a sair, todos os dias. Pedem a fatura eletrónica isso já saiu há anos. Mas vocês chegaram agora de Marte? Vamos discutir então as coisas sérias, se calhar até há outras propostas, e eu não estou a dizer que não, se calhar até há outras propostas tão válidas que podem ser implementadas, mas não aquelas que já foram implementadas há três ou quatro anos, para implementarmos hoje, venham daí essas propostas e venham também essas propostas para a transparência, para aumentar a transparência que o Dr. Filipe dizia. A transparência não se mede à primeira volta, a transparência mede-se no dia-a-dia, todo ao ano. E depois há outra coisa que é muito importante, há duas ou três sessões atrás, o PSD tomou mão de um estudo que saiu, que dizia que Lousada era um dos piores concelhos do país em termos de qualidade de vida. Elogiaram esse estudo, coitada de Lousada ninguém quer viver aqui. Este estudo da transparência, desvalorizam-no. Eu peço desculpa, eu posso ir buscar a ata, está lá isso refletido, vocês elogiaram esse estudo da Marktest, eu e o Nelson Oliveira viemos aqui desmentir e dizer quais é eram os critérios do estudo, que analisava gostos dos facebook, likes, hashtags, etc. Portanto, se é para valorizar todos os estudos, vamos valorizar todos os estudos e vamos valorizar a questão da transparência municipal. Tomem uma posição coerente.» -----

-----  
----- Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”  
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só para responder à questão da fatura. Eu não sabia, devo dizer, porque quando fiz o contrato pedi que me enviassem fatura eletrónica e disseram-me que não era possível. Mas estou agora a pensar, terá sido há três, quatro anos, não mais. Mas disseram-me que não era possível, dizem-me agora que está em letras pequeninas, devem ser aquelas letras do contrato de seguro, que a gente não lê e eu realmente nunca tinha reparado, devo dizer. Ainda sobre a transparência. O Dr. João Correia diz que estão no Vortal, eu conheço todos esses portais e de facto garanto-lhe que algumas rubricas não aparecem lá. Algumas são antigas e não aparecem, posso-lhe depois dizer, concretamente quais são, tenho a certeza daquilo que estou a dizer. Não sei se eventualmente ainda poderão aparecer, mas algumas são antigas e de facto não aparecem. Eu verifiquei, nomeadamente as questões que coloquei ao senhor presidente, verifiquei com bastante cuidado e de facto não encontrei. Eu coloquei há bocadinho a questão das tendas. É óbvio que o senhor Dr. não terá esses valores de cor para me dizer, mas eu queria chegar a uma questão que me parece importante, de facto estamos a falar de valores ainda consideráveis,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

valores gastos de forma reiterada, temos tido alguns eventos que implicam recorrer a esse tipo de infraestruturas, e eu até me pus a pensar, se não faria algum sentido a Câmara investir numa estrutura dessas. Porque realmente são usadas muito recorrentemente. Mas o senhor dir-me-á a posição da Câmara e o porquê de não fazer este investimento.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente à questão do estudo que foi aqui citado anteriormente, é só para dizer que deve haver um equívoco qualquer, porque nesta Assembleia não me recordo de alguém ter tomado uma posição sobre, eu não me recordo, eu não tomei. E quando se fala de redes sociais, de certeza, que não é para mim. Não que não tenha uma participação ativa nas redes sociais, mas não é nesse sentido. E aliás sobre isso, é justo que se diga que o vereador Leonel Vieira tomou uma posição pública de repúdio do estudo, em boa verdade os resultados do estudo eram tão absurdos, tão ridículos, que a validade do mesmo caía logo por terra, nem sequer precisávamos de questionar a metodologia utilizada para a elaboração do mesmo, nem sequer era necessário isso, os resultados finais eram tão descabidos, que aquilo não podia fazer sentido nenhum, isso foi dito claramente pelo vereador Leonel Vieira. Agora relativamente ao estudo da transparência, eu posso dizer que me revejo nas palavras do senhor presidente, se nós temos trezentos e oito municípios e estamos em décimo primeiro lugar, é óbvio que nos devemos congratular com isso, mas também devemos dizer, e é justo que se diga, que estamos a falar de transparência na informação prestada no *site* da Câmara municipal. Não estamos a falar da transparência, na relação quotidiana que se presta em todos os serviços municipais, são coisas diferentes, porque às vezes é conveniente nós não dizermos a primeira parte, que é, o estudo refere-se à transparência que os *sites* das Câmaras municipais prestam aos seus munícipes, é sobre isso que o estudo fala. Aliás só para completar, não é por acaso que os municípios de pequena dimensão, não estou a falar de Lousada, mas os primeiros lugares, são todos municípios de pequena dimensão, porque são aqueles que por falta de tantas coisas para colocar e de tantos documentos e de tantas normas que surgem sistematicamente conseguem ser muito mais transparentes, que municípios como o Porto, como Lisboa, como Coimbra, como Braga ou como Guimarães.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só uma questão relativamente a isto do ranking da transparência. Nós não trouxemos esse assunto cá, foi falado por vocês em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

primeiro lugar e depois a situação desenvolveu-se. É lógico que a informação que o Dr. Filipe diz, é verdade. Este ranking não mede a corrupção, por exemplo, a única pessoa a medir a corrupção são os tribunais, é bom que fique claro. Agora como o senhor presidente disse, a única questão que aqui está é a informação extra, extra àquela que é obrigatória, desde da Câmara de Bragança até à Câmara de Faro. Todas elas são obrigadas a dar um tipo de informação e nós vamos muito mais além disso. Tem lá coisas inexplicáveis que entram quase na devassa da vida privada das pessoas, e quem quiser pode pesquisar, mas nós temos lá. E portanto é um bom índice é uma boa marca para nós. E mais, isto não quer dizer que para o próximo ano, como já aconteceu, Lousada baixe a posição do ranking, mas aumente a transparência, porque isso já aconteceu. Nós já ficamos em oitavo lugar e no ano seguinte vigésimo qualquer coisa, e aumentamos a pontuação. Nós pela primeira vez, este ano, estamos acima dos noventa por cento no máximo de cem. Mas tem a ver com os outros municípios também quererem disponibilizar mais informações, aquilo trás mais credibilidade ainda porque é um grupo de estudos da Universidade de Aveiro com a TIAC. Mas vale o que vale, como outros rankings que aqui já foram apresentados, uns melhores, outros piores para Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ora bom, Dr. Filipe Barbosa, era o que mais faltava, o senhor agora entender quando é que eu devo intervir. Deixe-me essa liberdade. Em relação à Dr.<sup>a</sup> Cidália Neto que procurou em diversos *sites* a transparência do município de Lousada, pelo menos na primeira volta, referiu o site do portal da transparência. Esse portal da transparência é um portal do governo, portanto a Câmara Municipal de Lousada não poderia ter aí os seus dados. Direita radical e direita social-democrata são um bocado diferentes, embora haja gente no partido social democrata, radical, neoliberal, e há aqueles que são sociais-democratas. Por exemplo, a pessoa que eu li aqui e citei, Miguel Sousa Tavares, tem uma posição totalmente diferente do vosso dirigente, o Pedro Passos Coelho. Manuela Ferreira Leite, Pacheco Pereira, é tudo gente do PSD, querem mais, do partido democrata cristão, António Lobo Xavier, Bagão Félix, passava aqui a noite toda a falar de pessoas totalmente diferentes daquilo que é a opção de Pedro Passos Coelho e de toda a gente que o rodeia, e a opção social-democrata que era o princípio que estabeleceu o dirigente que criou o partido social democrata, Sá Carneiro. De onde muita gente se desviou, inclusivamente, aqueles que aqui em Lousada o seguem e o defendem com unhas e dentes. Além disso eu costumo respeitar a ordem de trabalhos e nós





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estamos no ponto um, que é, comunicação do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal, é sobre isso que eu vou falar. A grande comitiva de “Reis Magos” que veio a Portugal também passou por Lousada e aqui também trouxe muitas vozes novas, para o comprovar, basta ler com atenção, a comunicação, a esta Assembleia, do senhor presidente da Câmara, que assinala as importantes realizações desde a última Assembleia Municipal. De facto o anuário financeiro dos municípios portugueses anunciou excelentes resultados económicos e financeiros, apesar do município de Lousada ser dos que desceu mais a taxa de IMI, conseguindo mesmo assim, um importante volume de investimentos e a diminuição da dívida. E a Associação Cívica representante em Portugal da ONG *Transparency International*, colocou Lousada como décimo primeiro município mais transparente do país. Verifica-se um significativo crescimento económico, tendo as exportações aumentado em volume em dois mil e treze, cerca de nove por cento, sendo que a zona de acolhimento industrial de Lustosa, tem já metade do espaço vendido ou reservado. Também o primeiro curso de formação do MODATEX, em confeção de vestuário, teve um grande êxito, com a integração imediata, no mercado de trabalho, da quase totalidade dos formandos. Avançaram também importantes obras municipais, intervenções na rede viária concelhia, remodelações de campos de jogos nas freguesias e na rede de abastecimento de água, construção de novos ramais, prolongamento da rede de águas residuais, saneamento, infraestruturas da rede elétrica e reparação de arruamentos. Assim como a continuação dos trabalhos no canil municipal e armazém de produtos fito farmacêuticos. É importante referir que muito brevemente Lousada terá iluminação LED a cem por cento, em todo o concelho, de realçar a visita do senhor ministro da educação, com o qual foram assinados diversos acordos, que vão permitir a reabilitação das EBS de Lousada Oeste – Nevogilde e Lousada Norte – Lustosa e das EB 2/3 de Lousada Este – Caide de Rei e de Lousada Centro antiga escola preparatória, um investimento de um vírgula cinco milhões de euros. Imensas atividades decorrem em articulação com os estabelecimentos de ensino, encerrou-se o ano municipal da solidariedade, realizaram-se as Jornadas Sociais e proclamou-se dois mil e dezassete como ano municipal do ambiente e da biodiversidade. Continuam com sucesso o programa BioLousada e o projeto europeu Imprinting+, fez-se o lançamento do livro de banda desenhada AGÁ, a ser oferecido aos alunos do nono ano. O complexo desportivo, a tal obra megalómana ou faraónica, acolheu o Campeonato Europeu de Ténis Sub 16. O pavilhão municipal recebeu a fase final do Campeonato Nacional de Hóquei Indoor. Realizaram as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

corridas de São Silvestre e de São Silvestre da pequenada, verificou-se grande dinamismo em diversas modalidades, boccia, natação e desporto escolar, e no âmbito do programa erasmus+, a atividade On The Move. A gala do desporto, o orçamento participativo jovem, o décimo segundo aniversário do espaço AJE, assim como a programação cultural continuam a registar uma adesão maciça da juventude, dos lousadenses e de quem nos visita. Minhas senhoras e meus senhores, estou certo que de outras boas novas, de grande importância para os lousadenses, começam a ser efetivadas, a breve prazo, e então nessa altura, se poderá aferir melhor quem fez o quê. Para além disso, não, o “diabo” anunciado por Passos Coelho, mas uma personagem maquiavélica, construída artificialmente, fruto das mentes criativas dos dirigentes PSD Lousada, e que se vinha constituindo como a sua mais importante prova de vida política, também se esfumou de um momento para o outro. A vida para os dirigentes do PSD Lousada está assim a ficar muito difícil, não conseguindo também constituir-se como uma alternativa credível, por falta de uma ideia, de uma visão global para Lousada, vivendo quase exclusivamente, com base numa realidade virtual, não lhes restará outro caminho, como eu dizia na última sessão do anterior mandato, senão voltar à procura permanente e incessante de uma torneira que pinga, uma telha partida num edifício qualquer, uma lâmpada fundida, um grão de areia no asfalto de uma estrada, um autoclismo que não funciona, uma janela com algum vidro partido, uma porta perra com as dobradiças enferrujadas, ou de, uma nova versão, uma máquina do departamento de obras com os travões momentaneamente desafinados, um motorista que diz ter de comprar os produtos para manter a viatura limpa. E é assim que o PSD Lousada vai fazendo oposição.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa, eu não me vou pronunciar, porque acho que não devo, sobre o assunto das direitas radicais, ou das esquerdas radicais. Vou centrar-me naquilo que são assuntos com interesse direto para o concelho. E queria dizer-lhe que não estou aqui no papel de apologista ou defensor do governo, ou seja, o que me interessa são os interesses e a defesa intransigente dos interesses dos lousadenses. Se concordar com o governo, ótimo, se não concordar, não tenho problema nenhum de publicamente manifestar essa discordância. Aliás, quando a atual oposição governava o país, também não me viram a criticar por criticar. Quando alguma vez critiquei o anterior governo, ou se porventura criticar este, é porque entendo que os interesses do concelho não estão a ser salvaguardados. Quanto aos assuntos que falou aqui do FAM e da reorganização



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

administrativa, é verdade que eu tinha a expectativa que este governo pudesse resolvê-los. Neste momento não estão resolvidos, mas é público que há um compromisso de rever os dois assuntos. Relativamente ao FAM prevê-se que até junho possa haver novidades e relativamente à reorganização administrativa só no próximo mandato poderá haver ajustamentos. Depois queria dar-lhe nota que a relação que temos tido com o atual governo tem sido excelente, tem-nos ajudado a resolver um conjunto significativo de problemas. Para lhe dar só dois ou três exemplos, a candidatura ao subprograma A, que foi aprovada para o Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei, foi uma decisão política do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais. Um outro assunto tem que ver com aquilo que eu falei há pouco, aquelas três candidaturas do saneamento, o POSEUR preparava-se para excluir as candidaturas, por uma questão formal, de uma forma injusta. Aliás estávamos já preparados para impugnar, pela via judicial, aquela decisão, e o senhor Secretário de Estado do Ambiente ajudou a resolver o problema. A questão do Centro de Saúde de Lustosa é outro exemplo. O anterior governo nada fez para resolver o assunto, zero. Fez um número político, com uma visita de deputados para anunciar uma coisa que não fizeram e podiam ter feito. Mas agora temos a garantia de que a obra vai mesmo arrancar. Aliás, tenho na próxima semana uma reunião na ARS para discutir os termos em que o processo vai ser conduzido. A verdade é esta, no dia em que foi inaugurado o Centro de Saúde de Meinedo, nos últimos meses da legislatura do PS, antes do PSD assumir o governo, foi assinado um protocolo com o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, pelo qual este Município entregou à ARS parte da Escola de Bouça Cova para aí ser instalado o Centro de Saúde de Lustosa, mas com a queda do governo caiu também esse projeto. Com o atual governo há novamente garantias de que se vai resolver, finalmente, o problema. Acho que isto é indesmentível, são factos. Depois relativamente à intervenção da Dr.<sup>a</sup> Cidália Neto. A questão de não ter encontrado a informação, admito que possa haver uma rubrica ou outra que esteja agregada, a questão dos palcos, do som, para ganhar escala. Mas há de ter lá um valor global que incluiu todos os eventos, pode não estar com esse nível de desagregação que pretende, mas está lá tudo no portal GOV. Relativamente à fatura, não se preparou devidamente. Mesmo naquela fatura que recebe em papel tem lá uma nota informativa sobre a fatura digital, pelo que os consumidores que quiserem aderir podem fazê-lo. Aliás, eu já recebo a fatura digital há muitos anos. Quando andou a analisar minuciosamente as faturas de água, sobre a questão das tarifas, podia ter visto isto. As letras estão iguais às outras. Não viu, não interessa, não se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

preparou neste assunto. Relativamente à possibilidade de se adquirir uma tenda, não se justifica porque os serviços municipais têm muitas limitações, desde logo em termos de horários. Os serviços operacionais trabalham até às dezassete e, normalmente, os eventos não se compadecem com esses horários. É preciso pagar horas extraordinárias, mas há limites para pagamento dessas horas extraordinárias. Acresce que é preciso uma logística muito grande, profissional que só as empresas de eventos ou de aluguer de tendas têm. Acresce ainda que depende do evento a necessidade de uma tenda maior ou mais pequena. Não se justifica a aquisição. Que eu saiba nenhum município tem esse tipo de estrutura. Depois, para terminar relativamente ao Dr. Filipe Barbosa, pelo que eu percebi disse que não estamos a falar de transparência na relação dos serviços municipais com os municípios. Mas essa transparência mede-se de quatro em quatro anos. O que eu lhe posso dizer é que nós, por vezes, até somos demasiado transparentes. Eu vou-lhe dar um exemplo, hoje atendi um engenheiro civil que me disse: eu tive acesso a uma informação técnica, mas isto não tem nada a ver com o processo. E eu li e disse pois não, essa informação está em construção. Nós chegamos a esse cúmulo, podíamos optar por disponibilizar as informações, e estou a falar do urbanismo, só quando fosse validada, mas entendemos não temos nada a esconder. E portanto, a partir do momento que a pessoa se dirige aos serviços e vai à frente de atendimento e pede para consultar o processo, o funcionário dá toda a informação disponível sem problema nenhum. E se calhar aí até estamos a fazer demais, porque porventura até pode confundir a pessoa, porque a informação não estando concluída pode induzir em erro. Portanto não temos qualquer problema a esse nível, ao nível da transparência, antes pelo contrário e pedimos meças a quem quer que seja. Há indicadores que são bem demonstrativos dessa transparência. Há também *sites* e estudos que analisam isso, por exemplo, o recurso ao ajuste direto, que é de facto um indicador de transparência, ou falta dela. É certo que a lei permite fazer ajuste direto até um determinado valor, mas é sempre um mecanismo que se procura evitar, porque quanto mais fomentarmos a concorrência, melhor, pelo menos em teoria. Portanto, temos tido também esse cuidado e só se recorre a ajuste direto quando é mesmo necessário e imprescindível. Aliás, há uns meses foi publicitado um estudo na comunicação social a esse propósito. E portanto transparência em Lousada não é uma palavra oca, é uma preocupação constante no nosso dia-a-dia.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Confirmação de benefícios fiscais municipais atribuídos entre 2014 e 2015 - aprovação da despesa fiscal para concessão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de benefícios fiscais municipais até dezembro de 2016 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a confirmação dos benefícios fiscais concedidos no ano de 2015, pelo reconhecimento do estatuto de “Projeto de Interesse Municipal – PIM” e cujo valor total é de 9.126,60€(nove mil, cento e vinte e seis euros e sessenta cêntimos), sendo 4. 563,30 (quatro mil quinhentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos) respeitantes à empresa ENCOSTA GEOMETRICA, LDA e 4. 563,30 (quatro mil quinhentos e sessenta e três euros e trinta cêntimos) à empresa STRONGBLUE, LDA, em cumprimento do art.º 196º da LOE 2016”, que foi aprovada por unanimidade de 35 votos. No ponto 3 a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro”-----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- TERCEIRO PONTO: Primeira revisão ao Orçamento da Despesa e primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro”. -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- QUARTO PONTO: - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de frações no Parque Industrial de Lousada -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por quatro anos económicos, de acordo com os seguintes valores: ano de dois mil e dezassete – (27.777,80€) vinte e sete mil setecentos e setenta e sete euros e oitenta centímetros; ano de dois mil e dezoito – (33.333,36€) trinta e três mil trezentose trinta e três euros e trinta e seis centímetros; ano de dois mil e dezanove – (33.333,36€) trinta e três mil trezentos e trinta e três euros e trinta e seis centímetros; ano de dois mil e vinte – (5.555,48€) cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e oito centímetros, cujo valor total ascende a cem mil euros, referente à aquisição das frações C,D,E,F,G,H,I e J no Parque Industrial de Lousada, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho”-----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- QUINTO PONTO: Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de terreno para instalações e equipamento desportivo - Campo de Nevogilde -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por cinco anos económicos, de acordo com os seguintes valores: ano de dois mil e dezassete – vinte e dois mil euros em onze prestações; ano de dois mil e dezoito – vinte e quatro mil euros em doze prestações; ano de dois mil e dezanove – vinte e quatro mil euros em doze prestações; ano de dois mil e vinte – vinte e quatro mil euros em doze prestações; ano de dois mil e vinte e um – vinte e quatro mil euros em doze prestações, cujo valor total ascende a cento e dezoito mil euros, referente à aquisição do terreno para instalação de equipamento desportivo – Campo de Futebol de Nevogilde, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho”.-----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- SEXTO PONTO: Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno - "Trilho do Sousa" -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para proceder à desafetação do domínio público municipal da parcela integrada no domínio público rodoviário municipal e subsequente integração no domínio privado municipal, sito no Lugar de Cabo, Pias, com a área de 554,00 m<sup>2</sup>, para implementação do percurso pedestre e arruamento “ Trilho do Sousa – Ligação Parque Urbano ao Rio Sousa”, na Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, para cumprimento da alínea q) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro ” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Minuta do contrato interadministrativo de competência - Criação da autoridade de transportes prevista na Lei n.º 52/2015 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para celebrar o contrato interadministrativo de competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, Lei n.º 52/2015 de 9 Junho, delegando competências do Município na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme minuta, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, em cumprimento do estabelecido na alínea k) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro ” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- OITAVO PONTO: Regulamento do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Assembleia, restante mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas e excelentíssimo público. Olhando para este regulamento de uma forma mais atenta e fazendo uma leitura mais minuciosa, deparei-me com algumas questões que acho que era importante trazer aqui, a esta Assembleia, para reflexão. Em primeiro lugar coloca-se uma questão fundamental e intrínseca isto, embora não esteja aqui a ser aprovado, que é a questão de como é que a Câmara Municipal, enquanto poder autárquico, olha para estas questões dos resíduos, inclusivamente, quando temos um conjunto de diplomas que vão exigir, cada vez mais, a diminuição de colocação e deposição de lixo nos aterros, e portanto, cada vez mais a intervenção na reciclagem e na separação dos lixo. A questão dos lixo e a questão da separação é uma questão que deve preocupar a todos porque, tem a ver, não só, e ainda por cima estamos nós num ano que a Câmara determinou como ano do ambiente, é fundamental que sejam aplicadas políticas que são tendentes a minorar os efeitos da recolha ou da não separação dos lixo. Mas dito isto, e esta é uma questão que não é para aqui chamada, há aqui algumas coisas neste regulamento que me chamam à atenção. Eu começaria só por ler aqui, aquilo que são as terminologias ou as definições, diz na alínea f) “Deposição: acondicionamento dos resíduos urbanos nos locais ou equipamentos previamente determinados pela entidade gestora, a fim de serem recolhidos”. É importante definir isto porque depois à frente vamos ver que há aqui algumas incongruências e há aqui umas coisas que podem não ser muito corretas. Ou seja, por deposição entende-se, as pessoas colocarem os lixo nos contentores, nos ecopontos, nos locais de separação. À frente, depois começam aí os problemas, diz assim: é que esta deposição, no artigo vigésimo quinto, “só pode ser feita no seguinte horário”. Aqui deve haver algum problema, este regulamento, se calhar, foi copiado de uma Câmara qualquer que faz recolhas porta a porta, e aí faz sentido que numa recolha porta a porta as pessoas só possam colocar os lixo num determinado horário, a fim de serem recolhidos pelas empresas relectoras, para depois depositarem nos aterros. É que aqui diz: “O horário de deposição indiferenciada de resíduos urbanos é das seis da manhã às doze e quarenta e depois das dezoito às zero horas”. Ou seja, os restaurantes que depois de almoço vão depositar os lixo, e já iremos ver à frente, vão ter de pagar multas de duzentos e cinquenta euros, por cada infração que façam. Mais, aos fins de semana e feriados não se pode fazer deposição de lixo, diz o ponto quatro, deste mesmo artigo, “Aos domingos e feriados não poderá haver deposição de resíduos”. Muito bem que assim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seja, inclusive nos ecopontos, na separação dos lixos, quando as pessoas ao fim de semana saem e pegam no carro, porque não tem os ecopontos à porta de casa, porque é normal, há um critério de colocação dos ecopontos, dos coletores diferenciados de separação de lixo, que não podem estar à porta de casa das pessoas, tem que estar a distância reservada, e portanto as pessoas quando saem de casa, ao fim de semana e levam os lixos, e nem são lixos que tenham problema de cheiros. Esta é uma questão que eu acho muito estranha. E depois no artigo que há mais à frente, nas coimas, faz a informação de que, “contraordenações” alínea h) do artigo cinquenta e quatro, “ O incumprimento do horário de deposição dos resíduos urbanos, contrariando o disposto neste regulamento, tem uma multa para particulares que vai dos duzentos e cinquenta euros até aos mil e quinhentos euros e depois para pessoas coletivas dos mil duzentos e cinquenta aos vinte e dois mil euros”. Portanto está aqui contabilizado. Eu estive a ler o decreto-lei que no fundo suporta este regulamento, e o decreto-lei que suporta este regulamento não diz nada disso. É que essas multas são para outro tipo de infrações, não para estas coisas menores. Mais, há outra questão que também acho que importante, diz aqui que a entidade fiscalizadora destas ações é a entidade gestora. A entidade gestora é a AMBISOUSA, a entidade fiscalizadora é também a AMBISOUSA, e é também a entidade que vai recolher as multas resultantes das infrações. Eu tenho visto outros regulamentos e normalmente as entidade fiscalizadoras, não ponho em causa que seja a AMBISOUSA ou a SUMA, seja quem for, mas acho que faz sentido, se temos uma polícia municipal e até a própria Guarda Nacional Republicana, fiscalize alguns dos incumprimentos, sobretudo, que são os mais importantes, esses é que têm de ser graves, que é a deposição descontrolada dos lixos, sem ser em invólucros fechados, acumulados junto aos contentores, para depois serem destruídos pelos cães. Isto é que são infrações que podem ser consideradas graves. Agora depositar o lixo corretamente em determinado horário? Acho que não faz sentido, muito sinceramente. Isto é só para dizer algumas das coisas que me chamaram à atenção neste regulamento, e muito sinceramente, no meu ponto de vista, acho que ele devia ser revisto e devia ser bem ponderado. Mais ainda, acho que também é importante e há quem faça isso, incluir neste regulamento um outro regulamento que tem a ver com a higiene pública. Podia ser tudo integrado num único regulamento, por exemplo as questões que têm a ver com os detritos dos animais que são colocados na via pública, com a necessidade dos donos dos cães recolher os detritos quando os passeiam pela via pública. A questão dos automóveis que são depositados, que são abandonados, com questões de queimadas, tudo que tem a ver com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

situação da higiene e com a situação do ambiente. Portanto era importante refletir muito seriamente e que juntamente com este regulamento viesse a esta Câmara um conjunto de políticas e de iniciativas que tivessem a valorizar efetivamente as questões do ambiente. Mais, mais uma questão importante, nas penalizações, o que não diz o decreto-lei, só se está a penalizar o consumidor. E entidade gestora, não tem aqui nenhuma referência em termos de penalização se não cumprir o contrato. No decreto-lei que aqui, digamos, salvaguarda esta situação, há um conjunto de penalizações também, porque é assim, as pessoas são obrigadas a depositar os lixos, mas é necessário criar condições para que eles sejam depositados. Se os contentores são insuficientes é necessário aumentar o número de contentores, porque as pessoas não podem ser penalizadas se não tiverem condições para o fazer. É necessário penalizar também a entidade gestora no sentido de criar condições para que as pessoas possam exercer um regulamento, e um direito, com justiça, com o mesmo nível de penalizações caso haja incumprimento. É necessário acautelar também algumas situações, é claro que isso remete sempre para o decreto-lei e portanto essas situações estão sempre salvaguardadas aí, mas tenhamos aqui algum equilíbrio que é fundamental. E portanto eu chamo à atenção deste ponto para reflexão e sobretudo para reflexão das políticas que neste concelho tem que ser muito mais implementadas ao nível do ambiente, já que estamos no ano do ambiente.» -----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É só para deixar, aquilo que é a minha visão. Eu discordo do Fausto nesta questão do horário da deposição. Eu vou só deixar a minha opinião relativamente à questão do horário, para dizer que eu concordo com o horário, por um motivo, mesmo aqui no centro da vila, já vi pessoas à uma, duas três da manhã. Mas durante o dia é permitido das seis à uma e quarenta e das dezoito à meia-noite. Se vocês acham que se deve alargar das seis à meia-noite não coloco questões quanto a isso e certamente saberão melhor do que eu. Agora quanto à questão por exemplo dos domingos e feriados, há alturas em que se vê, já nem tanto na vila mas nas freguesias limítrofes, veem-se situações de cheiros nauseabundos, até questões de saúde pública. Eu acho que não deveria permitir que durante o domingo quando as pessoas sabem que não há recolha de lixo, as pessoas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

depositem o lixo na rua. É a minha opinião.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «De facto há aqui alguns ajustes a fazer, pena é, e fazemos também a nossa penitência, que no período de apreciação pública não tenha sido apresentada qualquer sugestão. Acho que é preferível fazer aqui alguns ajustes. Já me apercebi de algumas situações que merecem melhor ponderação e depois o assunto vem novamente à próxima Assembleia. Contudo, é importante aqui esclarecer que estamos a falar de um regulamento que tem que ver com resíduos. E portanto o regulamento não vai seguramente, por mais alterações que se faça, traduzir tudo aquilo que são as nossas iniciativas e a nossa política para o ambiente. Nada disso, isso é outra coisa completamente diferente. Quanto à questão da deposição de RSU's aos domingos e feriados, o ideal é que não se faça, porque nesses dias não há recolha e, sobretudo de verão, pode originar maus cheiros, sobretudo se os resíduos não estiverem devidamente acondicionados. Mas fazer disso uma obrigação com penalizações parece-me excessivo. Mas no que respeita aos ecopontos tratar-se-á de um lapso, porque não há qualquer problema de essa deposição se fazer aos domingos e feriados. Portanto é preferível fazer estes ajustes e depois trazemos o assunto à próxima Assembleia. É evidente que aquilo que disse é verdade, cada vez mais é importante incentivar a separação e a reciclagem. Aliás, é um dos nossos grandes objetivos, até porque a partir do ano passado, passamos a ser penalizados, os municípios, todos eles, por força de uma diretiva comunitária que foi implementada e que obriga a reduzir cada vez mais a deposição de resíduos em aterro. Há uma taxa, chamada TGR, que vai agravando o tarifário que o município paga e que depois reflete-se, ou não, nos utentes. Portanto é preocupante e é um desafio que nós temos no âmbito da Associação de Municípios, de criar condições para reduzir cada vez mais a quantidade de lixo que vai para aterro. Para isso há uma candidatura que foi apresentada e o concurso público está em análise, que vai sobretudo reforçar a capacidade de recolha seletiva, através da disponibilização de mais ecopontos, e que vai fazer melhorias essenciais nas estações de triagem para que as mesmas sejam mais eficientes, para se conseguir esse desiderato, que é reduzir cada vez mais a quantidade de lixo enviado para aterro. É evidente que pontualmente pode ser necessário colocar mais alguns contentores e temo-lo feito, quando os senhores presidentes de Junta nos reportam essa necessidade, mas isso tem de ser feito sempre com muito cuidado, porque ao colocarmos mais contentores, não estamos a incentivar a reciclagem, antes pelo contrário. Agora se é por uma questão de distância, de estar muito longe, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

se tiver casas que justifiquem outro contentor, tudo bem, mas essa decisão tem que ser tomada sempre com muito cuidado, porque quanto mais contentores colocarmos, mais quantidade de resíduos sólidos domésticos vão ser lá depositados.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Em primeiro lugar congratular-me por esta iniciativa e que este regulamento seja revisto e bem revisto. E chamo à atenção e contrariando aqui o que o João disse, uma coisa muito simples, a situação de deposição aos domingos ou não, deve ter conta que a recolha não é diária, só é diária no centro da vila. O que quer dizer que se as pessoas não depositarem os lixos aos domingos quando a recolha é à segunda-feira, há aqui um distanciamento, as pessoas quando depositam os lixos não depositam para ser recolhidos naquele dia, às vezes demora três dias para ser recolhidos. A questão dos cheiros ou não cheiros, nos locais onde não é recolhido diariamente, é uma situação que não faz sentido estarmos a impedir, a situação dos depósitos aos domingos. Porque senão as pessoas vão ficar com os lixos em casa aos domingos, ainda por cima que é um dos dias que se faz mais lixo, se têm famílias numerosas, sobretudo lixos domésticos. É uma situação que eu acho que tem de ser bem ponderada. É claro que a questão da meia-noite não faz sentido, mas durante o dia é normal que as pessoas depositem o lixo como têm feito. Mais, também é muito importante que se equacione o tipo de multas, porque faz sentido que se calhar algumas situações de incumprimento de horário possam ter multas de vinte e cinco ou trinta euros e que questões de negligência sejam diminuídas, como diz o regulamento, com diminuição de cinquenta por cento e outras questões que tenham multas muito mais significativas, porque a gravidade é superior. Portanto é preciso ponderar a gravidade e aplicar o tipo de coimas em função do tipo de gravidade. Era só isto que eu chamava à atenção.» -----

----- A proposta número sete foi retirada por indicação da Câmara -----

----- NONO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Neto & Companhia, Granitos, Lda – Proc. nº 508/16 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

atividade industrial, sita no Lugar do Balão – Lote 1, freguesia de Lustosa, requerida em nome de Neto & Companhia Granitos, Lda – Proc. nº 508/16 ( RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 28 de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Galerias Leal Pinheiro, Comércio de Móveis, Lda – Proc. nº 506/16 (RSP)-

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua São João Evangelista, nº 134, freguesia de Figueiras e Covas, requerida em nome de GALERIAS LEAL PINHEIRO, Comércio de Moveis e Iluminação, Lda – Proc. nº 506/16 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 28 de novembro de dois mil e dezasseis, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Joaquim de Sousa Leal - Sócio gerente da empresa " Alcova - Mobiliário, Lda – Proc. nº 40/17 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua Santa Luzia, freguesia de Figueiras e Covas, requerida em nome de Joaquim de Sousa Leal – Proc. nº 40/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – José Tiago Nogueira Ferreira – Proc. nº 20/17 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua Fabrica da Louça, freguesia de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga, requerida em nome de José Tiago Nogueira Ferreira – Proc. nº 20/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Meicor - Passamanarias, Lda – Proc. nº 45/17 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita em Estrada Lamas de Cima, nº 181 freguesia de Aveleda, requerida em nome de Meicor – Passamanarias, Lda – Proc. nº 45/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Lousatoldos, Lda – Proc. nº 585/16 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita em Rua Joaquim Pinto Leal, freguesia de Figueiras e Covas, requerida em nome de Lousatoldos, Lda – Proc. nº 585/16 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Reconhecimento de Interesse Público Municipal - Méritoternura - Confeções, Lda - Proc. nº 6/17 (RSP) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita em Rua das Escolas, nº 273, freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), requerida em nome de Méritoternura - Confeções, Lda – Proc. nº 6/17 (RSP), conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014”--

----- A proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- DÉCIMO SEXTO PONTO: Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 3º trimestre 2016 - Lousada Século XXI, Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que Assembleia Municipal apreciou o Relatório de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Execução Orçamental e Financeira referente ao 3º trimestre de 2016, conforme disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 69/2015 de 16 de julho. -

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO: Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Lousada -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Atividades do ano de 2016 e respetiva avaliação da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada, cumprindo a alínea J) do nº 2 do art.º 18º Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, na sua nova redação dada pela Lei nº 142/2015 de 08 de setembro. -----

----- DÉCIMO OITAVO PONTO: Documentos previsionais para o ano de 2017 – Associação de Municípios do Vale do Sousa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2017 da Associação de Municípios do Vale do Sousa, conforme estabelece o nº 3 do art.º 30º dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa. -----

----- DÉCIMO NONO PONTO: Documentos previsionais para o ano de 2017 - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2017 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o nº 2 do art.º 38º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos.-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e três horas e quinze minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

---

---

---